

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

## 1 Ata da Reunião Extraordinária do CEMVEJ- 19/05/2021.

2 No décimo nono dia de maio de 2021, às 15 horas, por meio de  
3 videoconferência disponível no link: <http://conferencia.pr.gov.br/CEMVEJ>, foi  
4 realizada reunião extraordinária do Comitê Estadual de Memória, Verdade e  
5 Justiça do Estado do Paraná. Conforme convocação prévia, fizeram-se  
6 presentes: **Titulares Governamentais: Ana Raggio (SEJUF); Aimoré Índio**  
7 **do Brasil Arantes (SEEC); Titulares da Sociedade Civil: Ivete Maria Caribé**  
8 **Rocha (SERPAJ); Aluízio Ferreira Palmar (CDHMP); Suplentes da**  
9 **Sociedade Civil: Luiz Fernando (UFPR); Carla Luciana Souza da Silva**  
10 **(UNIOESTE); Convidados(as) Titulares: Olympio de Sá Sotto Maior Neto**  
11 **(MP/PR); Maria Aparecida Blanco de Lima (TJ/PR); Júlio César Duailibe**  
12 **Salem Filho (DPE); Convidados(as) Suplentes: Rafael Osvaldo Machado**  
13 **Moura (MP/PR); Convidados(as)/Colaboradores(as): Regina Bley (MP/PR);**  
14 **Norton Nohama (UFPR); Hialony Rodrigues (SEJUF); Raquel Osowski;**  
15 **Daiane Pego (Residente Técnica – SEJUF); Jefferson de Oliveira Salles**  
16 **(SEED); Abertura:** Ana Raggio iniciou a reunião extraordinária apresentando-se  
17 como representante suplente da SEJUF e em seguida passou a palavra para os  
18 demais presentes se apresentarem. **Pauta única “Análise das**  
19 **recomendações do MPPR”:** Após a apresentação de todos e todas presentes,  
20 Ana compartilhou sua tela com as recomendações conforme foi acordado  
21 anteriormente para que sejam adicionadas novas recomendações ou alterações.  
22 Dr Olympio retificou sua fala da reunião anterior sobre as dificuldades de  
23 alteração de nomes de instituições educacionais, pois necessita de apoio da  
24 Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Entretanto, as instituições  
25 municipais podem ser alteradas com apoio dos vereadores. Sendo assim, há  
26 possibilidade de identificar municípios onde os representantes políticos lutam  
27 pela defesa dos direitos humanos e tramitar a mudança dos nomes das  
28 instituições que homenageiam representantes ditatoriais. Logo após, Ana

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

29 compartilhou o documento enviado pelo Dr. Rafael para análise, inicialmente  
30 foram analisadas as recomendações do MP/PR, reiterando que o papel da  
31 análise das recomendações na reunião é buscar como poderão ser efetivadas.  
32 Primeiramente foi posta em pauta a recomendação “*Compile todos os casos*  
33 *em que não se identifica a punição acerca das violações de direitos humanos,*  
34 *transformando em notícia de crime, para adoção de providências para*  
35 *apresentação de denúncia, não se aplicando a Lei de Anistia, nem a regra de*  
36 *prescrição.*” Para isto, serão compiladas as informações dos casos citados no  
37 documento (Massacre de Medianeira, Família Fávero, Três Reis e Brianezi;  
38 Operação Marumbi, Chácara do Alemão; Tsutomu Higashi) e encaminhados  
39 para Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União e Ministério  
40 Público do Estado do Paraná. O Dr. Rafael indica que haja cuidado no  
41 encaminhamento dos casos, pois nas esferas federais há atuações de militares e  
42 profissionais que podem ter identificação aos movimentos ditatoriais. Raquel  
43 explicitou que os casos devem ter um encaminhamento mais amplo conforme  
44 estabelecido na recomendação, enviado ao GT específico do Ministério Público  
45 Federal para que possa discutir as questões. Além disso, Raquel indicou que  
46 deverão ser incluídos mais casos, pois os supramencionados são poucos em  
47 relação à realidade. Ana mencionou que a tentativa era de criar uma metodologia  
48 porque durante os debates sempre haverão mais casos e sugestões, deixando  
49 assim a pauta principal em segundo plano. Portanto, o Comitê precisa pensar em  
50 pessoas que ficarão responsáveis por fazer o levantamento de todos os casos e  
51 como deverão ser encaminhados. Quando envolvem autoridades nacionais serão  
52 encaminhados ao MPF e à DPU, quando não há autoridades nacionais serão  
53 encaminhados ao MP/PR e DP/PR. O Dr. Rafael colocou-se à disposição para  
54 analisar os casos que não foram incluídos na lista e que serão trazidos pelos  
55 demais membros. A Professora Carla esclareceu que o livro ‘*Combatentes:*  
56 *tempos de falar*’ foi publicado em resultado da audiência pública da CEV e que  
57 todos os casos do livro estão no relatório, além disso, a professora se

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

58 comprometeu a enviar o livro em formato digital para disponibilização nos  
59 relatórios. Norton indicou que um dos propósitos do relatório é a investigação de  
60 casos que não foram possíveis anteriormente, visto que, por meio de pesquisas e  
61 mecanismos estabelecidos há a possibilidade de aprofundamento em vários  
62 casos que estão em aberto. Sendo assim, seria interessante o Comitê definir um  
63 formato para recepcionar e referenciar esses trabalhos para quem quiser  
64 consultar e alguns deles de fato incorporar como relatórios complementares do  
65 Comitê, transformando-os em relatórios oficiais. A Ana salientou que a SEJUF  
66 irá preparar os ofícios ao MPF, DPU, MP-PR e ao DP-PR solicitando o  
67 atendimento, fazendo sua devida fundamentação e encaminhar aos membros  
68 para análise, a partir disso, os responsáveis pelos grupos de composição do  
69 relatório da Comissão da Verdade poderão auxiliar na identificação da  
70 documentação e quais são os casos para listar ao fazer o envio. Dr Olympio  
71 reforçou que os ofícios deverão conter relatórios completos (local; horários;  
72 documentos; relatos detalhados; envolvidos; testemunhas; contexto completo do  
73 ocorrido) para maiores investigações dos órgãos que receberão. Norton  
74 ressaltou que alguns dos crimes podem escapar pela Lei de Anistia porque são  
75 crimes continuados enquanto os corpos não são encontrados, permanecendo o  
76 sequestro. O caso da Estrada do Colono já tinha um caso aberto, portanto deverá  
77 ser reaberto para melhor análise. Ana salientou que foi definida a metodologia  
78 para os casos, estes que serão enviados ao MPF e DPU quando envolverem  
79 autoridades nacionais e quando não envolver, enviar para o MP-PR e DP-PR.  
80 Nos ofícios serão incluídas informações como a não aplicação da Lei de Anistia,  
81 seja por ser um crime continuado ou por ter manifestações internacionais e  
82 decisões judiciais neste sentido. Consequente, Ana relata que sobre a Justiça  
83 Militar foram pensados 3 encaminhamentos até então: encaminhamento de um  
84 caso emblemático à Justiça Militar para Comissão Interamericana de Direitos  
85 Humanos; encaminhamento de realização de um evento sobre a pertinência da  
86 Justiça Militar; envio de ofícios às Corregedorias e Instituições do Sistema de

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

87 Justiça apontando atenção aos tratados internacionais com base nas  
88 interpretações e parâmetros do Sistema de Justiça de Direitos Humanos,  
89 indicando que a Justiça Militar não pode julgar os casos que haja violações de  
90 direitos humanos de civis, mencionando o crime de desacato. Norton respondeu  
91 que o encaminhamento ao Congresso Nacional poderia ser realizado, pois  
92 vivemos em um momento militar e portanto, é nesta hora que deverá ser  
93 provocada a discussão sobre a Justiça Militar. Portanto, será realizado um ofício  
94 à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados solicitando  
95 providências da extinção da Justiça Militar. Dr Olympio sugeriu que o  
96 encaminhamento à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados  
97 seja melhor discutido em Reunião Ordinária. Ana indagou se a UNIOESTE ou  
98 UFPR poderia capitanear o evento sugerido e posteriormente o Comitê oficiará a  
99 realização do evento. Luiz Fernando responde que na UFPR seria possível e não  
100 há necessidade de ofício para realização. Com relação a UNIOESTE, a  
101 Professora Carla informou que poderá colaborar no evento. A data do evento  
102 ficou inicialmente definida para 30 de Agosto pela representação que exerce na  
103 luta dos professores no estado do Paraná. Em seguida, Ana deu sequência na  
104 reunião trazendo a questão sobre a Eleição Direta de Procurador Geral da  
105 República e Procurador Geral de Justiça, esta pauta que havia entendimento do  
106 Dr. Olympio na última reunião de que isso não seria um momento estratégico  
107 para o Comitê trabalhar sobre, pois depende de uma emenda constitucional pelo  
108 Congresso Nacional. Ana indagou se não é possível provocar o Conselho  
109 Nacional do Ministério Público ao invés de provocar o Congresso Nacional. O Dr.  
110 Olympio respondeu que o Conselho Nacional talvez não daria a atenção  
111 necessária ao caso. Assim sendo, somente quando for instalada uma nova  
112 constituinte será possível. Ana indicou que existe possibilidade de enviar uma  
113 proposta à Comissão de Legislação Participativa na Câmara dos Deputados e  
114 fomentar o debate. O Dr. Aluizio indagou sobre o caso da expulsão dos indígenas  
115 pela Itaipu Binacional. Dr Olympio respondeu que foi feito um grande

# CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,  
Verdade e Justiça do Paraná

116 levantamento do caso e repassado informações para o MPF, estudos bem  
117 fundamentados e completos. Visto isso, a então Procuradora Geral da República  
118 entrou com uma ação civil para responsabilizar a Itaipu e haver reparações em  
119 relação às desapropriações de terras indígenas. Porém, o atual Procurador Geral  
120 entrou com uma ação suspendendo a anterior, justificando que faltariam  
121 elementos no caso. Ana salientou que quando envolve apenas estaduais o caso  
122 poderá ser enviado ao Ministério Público do Paraná. Raquel indicou que quando  
123 envolve povos indígenas é necessário o envio ao MPF e ao MP-PR. Em seguida,  
124 Ana relata que a reunião ajudou muito a avançar as pautas pendentes e que nas  
125 próximas reuniões deverão entrar nas ações de outros órgãos. As  
126 recomendações da SEED e SETI serão discutidas na próxima reunião. Por fim,  
127 Ana agradeceu a presença de todos (as) e encerrou a reunião. A presente ata foi  
128 lavrada pela servidora Hialony Rodrigues e revisada pela servidora Ana Raggio.